



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA
CONTINUADA**

**Goiânia
2016**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

PROJETO PEDAGÓGICO DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA CONTINUADA

Projeto Pedagógico de Curso,
desenvolvido pela Pró-Reitoria de
Ensino a ser ministrado aos
servidores da área pedagógica no
âmbito do Instituto Federal Goiano.

**Goiânia
2016**



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

**Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) – Instituto Federal Goiano**

INSTITUTO FEDERAL GOIANO

I59p

Projeto Pedagógico do Programa de Formação
Pedagógica Continuada / [Organização de] Pró-Reitoria
de Ensino do Instituto Federal Goiano, 2016.

27 p.

1. Formação de Professores. 2. Formação
Continuada. I. IF Goiano. II. Título.

CDU:
371.13



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Dilma Vana Rousseff

Presidenta da República

Aloizio Mercadante

Ministro da Educação

Marcelo Machado Peres

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Vicente Pereira de Almeida

Reitor

Virgílio José Távira Erthal

Pró-Reitor de Ensino

Sebastião Nunes da Rosa Filho

Pró-Reitor de Extensão

Fabiano Guimarães Silva

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação

Elias de Pádua Monteiro

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Claudecir Gonçalves

Pró-Reitor de Administração e Planejamento



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

COORDENADORES-GERAIS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA CONTINUADA

Eduardo Pereira Resende

Vívian de Faria Caixeta Monteiro

COORDENADORES DOS MÓDULOS DO PROGRAMA DE FORMAÇÃO PEDAGÓGICA CONTINUADA

Ângela Maria Pacheco Nunes

Claudio Virote Lacerda

Hellayny Silva Godoy de Souza

Johnathan Pereira Alves Diniz

Leigh Maria de Souza

Marina Campos Nori Rodrigues

Ruth Aparecida Viana da Silva

Simonia Peres da Silva

Thiago de Oliveira Piloto

Valeria Alves de Lima

Virgílio José Tavira Erthal



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

SUMÁRIO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	7
1.1 CURSO	7
1.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA	7
1.3 HABILITAÇÃO	7
1.4 FORMA DE OFERTA.....	7
1.5 LOCAL DE OFERTA.....	7
1.6 TURNO DE FUNCIONAMENTO.....	7
1.7 PÚBLICO	7
1.8 NÚMERO DE VAGAS.....	7
1.9 PERIODICIDADE DA OFERTA	8
1.10 CARGA HORÁRIA TOTAL	8
1.11 DURAÇÃO	8
1.12 REQUISITOS PARA O INGRESSO E INSCRIÇÃO	8
1.13 PERÍODO DE INSCRIÇÃO.....	8
2 APRESENTAÇÃO	9
3 HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO	10
4 JUSTIFICATIVA	11
5 OBJETIVOS	12
6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	15
7 MATRIZ CURRICULAR	16
8 EMENTAS	27
9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	38
10 PROJETO DE INTERVENÇÃO DE CONCLUSÃO DE CURSO	39
11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO	40



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

12 PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	Erro! Indicador não definido.
13 CERTIFICAÇÃO	40



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1.1 CURSO: Programa de Formação Pedagógica Continuada na Educação Profissional e Tecnológica na modalidade presencial.

1.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA: Educação.

1.3 HABILITAÇÃO: Aperfeiçoamento

1.4 FORMA DE OFERTA: O curso é organizado pela Pró-Reitoria de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano e será executado pelos servidores do IF Goiano e convidados externos ao instituto na modalidade presencial.

1.5 LOCAL DE OFERTA: IF Goiano - Câmpus Urutaí.

1.6 TURNO DE FUNCIONAMENTO: O curso poderá ser oferecido nos três turnos: matutino, vespertino e noturno, conforme programação de cada núcleo, sendo considerada a anuência e o acompanhamento da coordenação geral do Programa ou do próprio Núcleo. A escolha dos turnos em que o núcleo será ministrado deverá levar em consideração o melhor aproveitamento do tempo disponível e a otimização da sua qualidade. Cada núcleo será executado durante uma semana corrida totalizando 40 horas cada núcleo.

1.7 PÚBLICO: Diretores de ensino ou cargo equivalente, docentes, pedagogos, técnicos em assuntos educacionais e demais técnicos que desempenham funções pedagógicas. A participação dos diretores de ensino será de acordo com a disponibilidade dos mesmos de forma que em cada núcleo participe de dois a três diretores. Os demais participantes do curso serão indicados pelo diretor de ensino ou cargo equivalente do Câmpus de acordo com as vagas disponibilizadas para cada Câmpus especificadas no item 1.8. Essa indicação deverá contemplar docentes e técnicos administrativos de cada Câmpus.

1.8 NÚMERO DE VAGAS: 51 vagas distribuídas por Câmpus da seguinte forma:

- Rio Verde e Urutaí com 5 vagas cada um.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

- Ceres, Morrinhos e Iporá com 4 vagas cada um.
- Posse, Campos Belos e Trindade com 3 vagas cada um.
- Ipameri, Cristalina, Catalão e Hidrolândia 2 vagas cada um.
- 12 vagas reservadas aos diretores de ensino ou cargo equivalente.

1.9 PERIODICIDADE DA OFERTA: anual.

1.10 CARGA HORÁRIA TOTAL: 313 horas.

1.11 DURAÇÃO: 15 meses.

1.12 REQUISITOS PARA O INGRESSO E INSCRIÇÃO:

I. ser servidor em efetivo exercício da Educação Profissional e Tecnológica Instituto Federal Goiano.

II. ser indicado pelo diretor de ensino, ou equivalente do Câmpus.

III. realizar sua inscrição em sistema próprio.

1.13 PERÍODO DE INSCRIÇÃO: as inscrições deverão ser realizadas no mês de fevereiro de 2016 de acordo com as normas e prazos de inscrição do Programa de Formação pedagógica continuada do IF Goiano dispostos na página de inscrição do referido programa.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

2 APRESENTAÇÃO

Com objetivo de propiciar uma formação continuada para docentes e técnicos administrativos que desempenham funções pedagógicas, para atuar na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a fim de desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, visando à compreensão, ao planejamento e à implementação de novos projetos pertinentes às atividades de ensino e a gestão institucional, a Pró-Reitoria de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano propõe a oferta do primeiro Programa de Formação pedagógica continuada na modalidade presencial no ano de 2016.

Assim, o presente Projeto Pedagógico do Programa apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes para o referido Programa no âmbito do IF Goiano com vistas a melhoria na promoção da aprendizagem.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

3 HISTÓRICO DO INSTITUTO FEDERAL GOIANO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, é fruto do rearranjo e da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica iniciados em abril de 2005, juntamente com outros 37 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O IF Goiano é uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Resultado da junção dos antigos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) de Rio Verde e Urutaí (juntamente com sua respectiva Unidade de Ensino Descentralizada de Morrinhos) e da Escola Agrotécnica Federal de Ceres (EAFCE), ambos provenientes das antigas Escolas Agrotécnicas Federais, o IF Goiano é uma autarquia Federal detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, equiparado às Universidades Federais.

No seu processo instituinte estão presentes na composição de sua estrutura organizacional: uma Reitoria localizada em Goiânia, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Rio Verde, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Urutaí, a Escola Agrotécnica Federal de Ceres e as Unidade de Educação Descentralizada de Morrinhos que, por força da Lei, passaram de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de Câmpus da nova instituição, passando a denominar-se respectivamente: Câmpus Ceres, Câmpus Morrinhos, Câmpus Rio Verde, Câmpus Urutaí, Câmpus Iporá e recente foram criados novos Câmpus, Campos Belos, Posse e Trindade, e os Câmpus avançados, Hidrolândia, Cristalina, Catalão e Ipameri, totalizando 12 (doze) Câmpus.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

4 JUSTIFICATIVA

A formação continuada de professores para a Educação Profissional e Tecnológica é um enorme desafio, especialmente num contexto de expansão, verticalização e interiorização dessa modalidade educacional, caracterizada por um quadro docente diverso e com pouca formação pedagógica. Além disso, colocar em prática os princípios educativos definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Goiano, de romper com a dualidade entre teoria e prática, bem como garantir o trabalho coletivo e colaborativo de conteúdos da educação geral e profissional, requer formação continuada de professores e técnicos administrativos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 62, garante que a formação continuada dos profissionais da educação se dará no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 1996). Do mesmo modo, o Decreto nº 6.755, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, define que o atendimento às necessidades de formação continuada de profissionais do magistério dar-se-á pela oferta de cursos e atividades formativas por instituições públicas de educação, de acordo com os projetos das unidades escolares e das redes e sistemas de ensino (BRASIL, 2009).

Embora o IF Goiano tenha realizado diversas ações com o intuito de capacitar e desenvolver os servidores docentes e técnico-administrativos, o aumento do número de servidores jovens no quadro de pessoal do Instituto nos últimos anos, com pouca experiência profissional e formação pedagógica, é um dado a ser considerado nos programas de formação continuada, sobretudo quando se pensa nas atuais mudanças relativas ao mundo do trabalho, à dinâmica tecnológica e de produção de conhecimentos, os meios de comunicação e informação, à diversidade cultural, à sustentabilidade ambiental, as relações sociais, entre outros. Tais demandas afetam os objetivos escolares, os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

currículos, as formas de aprender dos alunos, e o exercício da docência, exigindo-se dos professores práticas pedagógicas que atuem eficazmente na qualidade dos processos de ensino- aprendizagem, com vistas à formação e ao desenvolvimento integral dos alunos.

Acompanhando tais tendências, os editais de seleção de professores do IF Goiano dispõem que o candidato nomeado para o cargo efetivo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, em cuja habilitação não constar Licenciatura Plena ou habilitação legal equivalente para o exercício do magistério, tomará posse, porém deverá participar de curso de complementação pedagógica a ser ofertado pelo IF Goiano. Atualmente o IF Goiano conta com 675 técnicos administrativos e 620 professores, sendo um total de 1295 servidores de carreira pertencentes ao quadro de pessoal.

Nesse contexto, o Programa de Formação Pedagógica Continuada em Educação Profissional e Tecnológica é um instrumento estratégico de gestão, que visa consolidar a cultura organizacional voltada para o desenvolvimento profissional e o aperfeiçoamento de seus servidores, visando o alcance da melhoria e qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos pelo IF Goiano.

5 OBJETIVOS

a) Objetivo geral

Propiciar formação continuada para docentes e técnicos administrativos que desempenham funções pedagógicas, para atuar na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), a fim de desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, visando à compreensão, ao planejamento e à implementação de novos projetos pertinentes às atividades de ensino e a gestão institucional.

b) Objetivos específicos

- ✓ Desenvolver conhecimentos, habilidades, atitudes e valores pertinentes às atividades da docência, da intervenção técnico-pedagógica e da gestão na EPT.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

- ✓ Contribuir para a implementação socialmente responsável de programas e projetos educacionais próprios para o público da EPT.
- ✓ Identificar princípios, métodos e ferramentas que possibilitem o desenvolvimento de estratégias de planejamento, intervenção pedagógica e avaliação da EPT.
- ✓ Propor estratégias inovadoras de ensino e de aprendizagem na EPT.
- ✓ Possibilitar a compreensão de que a EPT pode ser um instrumento de inclusão e democratização do acesso e ao êxito escolar e profissional.
- ✓ Compreender o conceito de trabalho como princípio educativo e integrador de currículos entre a EPT e a educação básica.
- ✓ Conhecer a estrutura e o funcionamento da EPT no Brasil e no IF Goiano.
- ✓ Favorecer a realização de pesquisa sobre a educação profissional com vistas à qualificação da prática pedagógica nas Instituições da Rede Federal de EPT.

c) Perfil do Egresso

O egresso do Programa de Formação Pedagógica Continuada do IF Goiano deve apresentar como perfil profissional a capacidade de:

- a. Atuar em diferentes níveis e modalidades de ensino, instituindo espaços participativos na relação ensino e aprendizagem pautada pelo respeito mútuo, assim como pelo respeito à trajetória e aos saberes dos estudantes.
- b. Compreender a relação dos conhecimentos científicos e técnicos com o mundo do trabalho.
- c. Desenvolver ações que consolidem a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.
- d. Promover o processo educativo de caráter crítico-reflexivo com atitude orientada pela e para a responsabilidade social.
- e. Promover a integração entre a educação profissional e tecnológica e a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

educação básica, através dos eixos de verticalidade e horizontalidade.

- f. Orientar o processo de ensino e de aprendizagem a partir da problematização e da mediação, visando à formação crítica, humanística e a competência técnica na área do conhecimento e de atuação profissional dos estudantes.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O curso está estruturado em três núcleos, em conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 02/1997:

- a. **NÚCLEO CONTEXTUAL**, visando à compreensão do processo de ensino aprendizagem referido à prática de escola, considerando tanto as relações que se passam no seu interior, com seus participantes, quanto as suas relações, como instituição, com o contexto imediato e o contexto geral onde está inserida.
- b. **NÚCLEO ESTRUTURAL**, abordando conteúdos curriculares, sua organização sequencial, avaliação e integração com outras disciplinas, os métodos adequados ao desenvolvimento do conhecimento em pauta, bem como sua adequação ao processo de ensino-aprendizagem.
- c. **NÚCLEO INTEGRADOR**, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos na prática de ensino, com vistas ao planejamento e reorganização do trabalho escolar, discutidos a partir de diferentes perspectivas teóricas, por meio de projetos multidisciplinares, com a participação articulada dos professores das várias disciplinas do curso.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

7 MATRIZ CURRICULAR

Núcleos	Componentes Curriculares	Carga horária	Período de oferta
Contextual (45h)	Apresentação do programa. Orientação do projeto de aplicação pedagógica: Prática docente em EPT- articulações entre ensino, pesquisa e extensão.	03	07 a 11 de março
	História, legislação e políticas da EPT no Brasil	08	
	Conhecendo o IF Goiano (Documentos Institucionais: PDI, PPCs, Regulamentos, Programas Institucionais)	22	
	Sistemas Institucionais: Q-ACADÊMICO, SUAP, SISRAD, REDMINE, SIGEPE, SIBI E PORTAL DE PERIÓDICOS DO IF GOIANO E DA CAPES, E-MEC, SISTEC, ENADE, SISU, CENSUP, EDUCACENSO.	08	
	Orientações sobre o uso do AVA (E-tutore)	04	
Estrutural I (Ser Docente no IF)	Organização do Trabalho Pedagógico em EPT	44	02 a 06 de maio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Goiano) - 44h			
Estrutural I (Ser Docente no IF Goiano) - 64h	Rotinas administrativas e gestão pedagógica: Coordenação de cursos, NAP, Conselhos, Colegiados, NDE, CPA.	20	22 a 26 de agosto
	Tecnologias educacionais	20+20	
	Apresentação do pré-projeto de aplicação pedagógica	04	
Estrutural II (Relação Professor- Aluno) - 44h	Perfil do aluno do IF Goiano	04	17 a 21 de outubro
	Educação Inclusiva	24	
	Educação de Jovens e Adultos - PROEJA	12	
	Defesa do projeto de aplicação pedagógica	4	
Integrador (100 h)	Atividades Complementares	20	2016
	Submissão do Projeto de aplicação pedagógica	80	Até 30-11-16



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

	Execução do projeto e submissão do relato de experiência		Até 30 de junho de 2017
313 (177+100+ 20+16) 177- Presencial 100- Atividades complementares e projeto 20- Presencial-virtual 16- Avaliação de cada núcleo no AVA			



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

8 EMENTAS

a) **Componente curricular:** História, legislação e políticas da EPT no Brasil

Ementa: História, Políticas e Legislação da EPT no Brasil. Concepções e bases conceituais. Análise de políticas em educação profissional. Produção histórica das políticas e bases legais da Educação Profissional.

Bibliografia:

Lei Nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996, que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1993.

GONÇALVES, L. A. *Currículo e políticas públicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MOLL, J. et. al. *Educação profissional e Tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

PERONI, Vera Maria Vidal. *Políticas públicas e gestão da Educação em tempos de redefinições no papel do Estado*. Disponível em: . Acesso em: 22. fev.2011.

SANCHEZ, S.B. *Ensino e Pesquisa em Escolas Agrícolas*. Dissertação Mestrado. UFRRJ Seropédica-RJ, 106p.

SAVIANE, D. *A nova lei a Educação: Trajetória, Limite e Perspectivas*. 3 ed. Campinas, SP: Autores associados, 1997 242p.

b) **Componente curricular:** Conhecendo o IF Goiano (Documentos Institucionais: PDI, PPCs, Regulamentos, Programas Institucionais)

Ementa: Lei de Criação dos IFs; PDI-IF Goiano; Política de pessoal; Política, Regulamentos e Normas do Ensino; Política de Assistência Estudantil; Política de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Política de Extensão; Principais Programas Institucionais; Compras e contratos; Orçamento institucional.

Bibliografia:

Lei Nº 11.892, de 28 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: MEC, 2009.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano. *Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2014 a 2018*, Goiânia, nov. 2014. 175 p.

_____. *Regulamento dos cursos de graduação do IF Goiano*, Goiânia, jan. 2016.

_____. *Regulamento dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Goiano*, Goiânia, jan. 2016.

_____. *Regulamento do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) do IF Goiano*, Goiânia, fev. 2014.

_____. *Política de Assistência Estudantil do IF Goiano*, Goiânia, abr. 2014.

_____. *Normas para criação de cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação do IF Goiano*, Goiânia, dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. *Resolução nº 06 de 20 de setembro de 2012*, Brasília, set. 2012.

_____. *Resolução nº 01 de 05 de dezembro de 2014*, Brasília, dez. 2014.

_____. *Resolução nº 02 de 30 de janeiro de 2012*, Brasília, jan. 2012.

_____. *Resolução nº 06 de 20 de setembro de 2012*, Brasília, set. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. *Resolução nº 02 de 01 de julho de 2015*, Brasília, jul. 2015.

c) Componente: Sistemas Institucionais

Ementa: Contextualização dos sistemas institucionais do IF Goiano: Sistema de Gerenciamento de projetos (Redmine), Sistema Acadêmico (Q-acadêmico), Gestão de Pessoas (SUAP e SIGEPE), Sistema de Regulamentação das Atividades Docentes (SisRAD), Portal do E-MEC, Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) , Sistema Unificado de Seleção (SISU), Censo da Educação Superior (CENSUP), e o sistema educacional brasileiro (EDUCACENSO). Apresentação da Política de



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

bibliotecas do Instituto Federal Goiano - Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI). Realização de pesquisas no sistema de bibliotecas Pergamum. Uso do Portal de Periódicos da Capes e das bibliotecas virtuais assinadas pelo o IF Goiano. Apresentação do Portal de Periódicos do IF Goiano. Atividades Práticas de uso das referidas ferramentas .

Bibliografia:

Não há bibliografia específica. Será passado um material com todas as diretrizes a serem dadas pela disciplina.

d) Componente: Organização do Trabalho Pedagógico em EPT.

Ementa: Proporcionar condições para que os docentes do IF Goiano possam: refletir criticamente sobre a prática docente na EPT; compreender o planejamento, organização e avaliação curricular na EPT; refletir sobre as principais características que norteiam a EPT; conhecer e discutir procedimentos e metodologias de ensino na EPT; reconhecer a pesquisa como princípio educativo e como centralidade do processo de ensino-aprendizagem; compreender as principais competências profissionais para ensinar.

Bibliografia:

AFONSO, A. J. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL, MEC, SEB. *Elaboração de políticas e estratégias para a prevenção do fracasso escolar – Documento Regional BRASIL: Fracasso escolar no Brasil: Políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar*. Brasília, março de 2005.

DOURADO, L. F. Diretrizes curriculares Nacionais para a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, v. 36, nº 131, abr./jun., 2015. p.299-324.

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M.; RAMOS, M. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores. In: COSTA, H.; CONCEIÇÃO, M. (Org.). *Educação integral e sistema de reconhecimento e certificação educacional e profissional*. São Paulo: CUT, 2005a. p. 19-62



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

LIBÂNEO, J. C. Ensinar e aprender, aprender e ensinar: o lugar da teoria e da prática em didática. In: LIBÂNEO, J. C.; ALVEZ, N. *Temas de Pedagogia – diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Cortez. 2012, p. p. 35-60.

_____. *Didática e trabalho docente: a mediação didática do professor nas aulas*. Disponível em:

<<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/home/disciplina.asp?key=5146&id=3552>> (acesso em 14.01.2016).

_____. *Didática e trabalho docente: é possível melhorar as aulas no ensino superior?* Disponível em:

<<http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/home/disciplina.asp?key=5146&id=3552>>

LIMA, Maria do Socorro Lucena. Reflexões sobre o estágio/ Prática de ensino na formação de professores. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 8, n. 23, p. 195-205, jan./abr. 2008

LUCKESI, C. C. *Considerações gerais sobre avaliação no cotidiano escolar*. Aprender a Fazer. Ed. Gráfica Expoente, Curitiba, PR, nº36, 2004, p. 4-6. Disponível em <http://www.luckesi.com.br>. Acesso em 20.11.2015.

_____. *Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições*. 19ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MASSETO, M. T. *Competência pedagógica do professor universitário*. São Paulo: Summus, 2003.

OLIVEIRA, M. K. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 1993.

PIMENTA, Selma Garrido. *O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática?* São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, M. N. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTO, G e CIAVATTA, M (Org). *Ensino Médio Integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005. SANTOMÉ, J. *Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

RAMOS, M. N. *A pedagogia das competências e a psicologização das questões sociais*. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v. 27, n.3, p. 01-64, 2001.

SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I. *Compreender e transformar o ensino*. Trad. Ernani F. da Fonseca Rosa. 4. ed. Porto Alegre: Artemd, 1998.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

e) Componente: Gestão Pedagógica dos cursos: Coordenações, NAP, Conselhos, Colegiados, NDE.

Ementa: Administração e gestão da educação. Gestão pedagógica. Gestão democrática: fundamentos, processos e mecanismos de participação e de decisão coletivos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/1996. Planejamento pedagógico. Estatuto e Regulamentos do IF Goiano. BRASIL.

Bibliografia:

Bibliografia básica:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Estatuto do IF Goiano.

Normas para Criação de Cursos no IF Goiano, 2014.

Regulamento de Graduação do IF Goiano, 2016.

Regulamentos do Ensino Médio e Técnico do IF Goiano, 2016.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro; FONSECA, Marília. As dimensões do projeto político-pedagógico. Campinas: Papyrus, 2001.

Bibliografia complementar:

VEIGA, Ilma Passos Alencastro Veiga. *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva*. <http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acessado em 03/02/2016 às 8: 15.

KAZIMA, Elaine Pereira de Souza. *As quatro dimensões que norteiam o PPP – Projeto Político - Pedagógico: Dimensão Administrativa, Financeira, Pedagógica e Jurídica*. <http://www.webartigos.com/artigos/as-quatro-dimensoes-que-norteiam-o-ppp-projeto-politico-pedagogico-dimensao-administrativa-pedagogica-politica-financeira-e-juridica/111528>. Acessado em 03/02/2016 às 08:15.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

OLIVEIRA, João Ferreira de. *A construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico*. http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/texto2_joao.pdf. Acessado em 03/02/2016 às 9:15.

f) Componente: Tecnologias da Educacionais

Ementa: Educação e tecnologias: evolução histórica e perspectivas. Introdução e ambientação na EaD. Tecnologias na formação do professor. Conceitos Básicos sobre EaD, AVA e Legislação. As novas tecnologias aplicadas à educação. Informática como recurso administrativo-pedagógico e participação efetiva dos alunos na utilização das tecnologias digitais no processo de aprendizagem. AVA no IF Goiano: etutore – recursos disponíveis para professores, alunos e gestão.

Bibliografia:

Bibliografia básica

BANDEIRA, Denise. *Materiais Didáticos*. Curitiba: IESDE, 2009.

GARRIDO, Susane Martins Lopes. *Planejamento*. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

LEITE, Lígia Silva. (Coord.). *Tecnologia educacional: descubra suas possibilidades na sala de aula*. Colaboração de Cláudia Lopes Pocho, Márcia de Medeiros Aguiar, Marisa Narcizo Sampaio. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LITWIN, Edite (Org.). *Educação a Distância: temas para debate de uma nova agenda educativa*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PALOFF, Rana M.; PRATT, Keith. *O Aluno virtual: um guia para trabalhar com estudantes on-line*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SIMÃO NETO, Antônio. *Didática e design instrucional*. Curitiba: IESDE, 2009.

VALENTE, José Armando. *Educação a Distância: Uma oportunidade para mudanças no ensino*. In: VERMELHO, Sônia Cristina. *Mídias e Linguagens*. Curitiba: IESDE, 2009.

Bibliografia complementar:

BELINKI, Ricardo. *Suporte ao Aluno*. Curitiba: IESDE, 2009.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

BELLONI, Maria Luiza. *O que é Mídia - Educação*. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

GEBRAN, Mauricio Pessoa. *Tecnologias Educacionais*. Curitiba: IESDE, 2009.

g) Componente: Perfil do aluno do IF Goiano

Ementa: Apresentação de dados consolidados dos alunos do IF Goiano, no que tange:

- Ingresso dos estudantes: Localidade; média de notas obtidas por área no processo seletivo; alunos cotistas.
- Permanência: Mapeamento das evasões dos cursos de Ensino Médio e Técnico do IF Goiano e Superior de Graduação.
- Êxito: Mapeamento das reprovações dos alunos dos cursos de Ensino Médio e Técnico do IF Goiano e Superior de Graduação.

Bibliografia:

BRASIL, *Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica*. Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. MEC, 2014.

CUNHA, Luiz Antonio. *Ensino superior e universidade no Brasil*. In: TEIXEIRA, E. M. et al. 500 anos de educação no Brasil. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FREITAS, Luiz Carlos. *A internalização da exclusão*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, p. 299-325, set. 2002.

SANTOS BAGGI, Cristiane Aparecida Dos; LOPES, Doraci Alves. *Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica*. (Campinas), Sorocaba, v. 16, n. 2, July 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772011000200007&script=sci_arttext, acesso em 21/02/2015.

STOCO, H. Pancieri. *A educação de jovens e adultos trabalhadores no PROEJA: acesso e permanência no CEFET-BA*. Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Nº 01 – Ano I – Agosto/2010 – Disponível em www.revistapindorama.ifba.edu.br. Acesso em 20/08/2012.

POLYDORO, Soely Aparecida Jorge. *O trancamento de matrícula na trajetória acadêmica no universitário: condições de saída e de retorno à instituição*. 2000. 167 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000219642>,
acesso em 08/01/2015.

WORTHEN, Blaine R.; SANDER, James R.; FITZPATRICK, J. L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Gente, 2004.

ZAGO, Nadir. *Do acesso a permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.

h) Componente: Educação inclusiva

Ementa: Educação como direito. O papel da assistência estudantil no processo de educação inclusiva. Aspectos psicopedagógicos nas dificuldades de aprendizagem. O atendimento educacional especializado para os alunos com surdez. Políticas públicas voltadas para a inclusão. Quebra de barreiras. Procedimentos básicos de adaptação e adequação curricular. Atendimento específico. Tecnologia Assistiva. Conclusão com êxito.

Bibliografia:

BRAGA, L.W. *Cognição e paralisia cerebral - Piaget e Vygotsky em questão*. Salvador: SarahLetras, 1995.

BRASIL. BRASIL. *Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. *Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica*. Brasília.: MEC/CNE/ CEB, 2001.

_____. Lei Nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996, *que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: MEC, 1993.

_____. Resolução nº4/09 MEC. *Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial*. Brasília: Conselho Federal de Educação, 2009.

_____. DECRETO Nº7.611/2011, *que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências*.

_____. Nota técnica nº 62 / 2011 / MEC / SECADI /DPEE



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

COLL, C. et al. *Desenvolvimento psicológico e educação. Necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar*. Volume 3. Porto Alegre: Artmed, 1995.

FLAVEL, J.H.; MILLER, P.H. & MILLER, S.A. *Desenvolvimento cognitivo*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FRANCO, M.P.G. (Org) *Estimulação precoce de 0 a 5 anos*. São Paulo: Gráfica da APAE, 1995.

GARCÍA, C.M. *Formação de professores: novas perspectivas baseadas na investigação sobre o pensamento do professor*. In: NÓVOA, A.(Org.) Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

GOULART, B.I. Piaget – *Experiências básicas para utilização pelo professor*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HEYMEYER, U. & GANE M.L. *Observação de desempenho*. São Paulo: Memnon, 1993.

MARUJO, V.L.M.B. *Fonoaudiologia em paralisia cerebral*. In: SOUZA, A.M.C. & FERRARETTO, I. Paralisia Cerebral – Aspectos práticos. São Paulo: Memnon, 1998.

MOURA, M.J. *A área Psicopedagógica*. In: SOUZA, A.M.C. & FERRARETTO, I. Paralisia cerebral – Aspectos práticos. São Paulo: Memnon, 1998.

MUÑOZ, J.L.G.; BLASCO, G.M.G. & SUÁREZ, M.J.R. *Deficientes motores II: Paralisia Cerebral*. In: BAUTISTA, R. Necessidades educativas especiais. Lisboa: Dinalivro, 1997.

NARDI, R.G. *Computador: um recurso no contexto de sala de aula com crianças portadoras de paralisia cerebral*. In: SOUZA, A.M.C. & FERRARETTO, I. Paralisia cerebral – Aspectos práticos. São Paulo: Memnon, 1998.

NÓVOA, A. *Formação de professores e profissão docente*. In: NÓVOA, A. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

PIAGET, J. *A equilibração das estruturas cognitivas: problema central de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

SOUZA, A.M.C. *Prognóstico funcional da paralisia cerebral*. In: SOUZA, A.M.C. & FERRARETTO, I. Paralisia Cerebral – Aspectos práticos. São Paulo: Memnon, 1998.

_____. & FERRARETTO, I. *Paralisia cerebral – Aspectos práticos*. São Paulo: Memnon, 1998.

TAILLE, Y.D.L. *Desenvolvimento do juízo moral e afetividade na teoria de Jean Piaget*. In: TAILLE, Y.L.; OLIVEIRA, M.K. & DANTAS, H. Piaget, Vygotsky e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Wallon – Teorias
psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

_____. *Desenvolvimento e educação infantil*. Criança & Vida - Ano IV -
Março/Abril 2002 - Fundação Orsa.

VAYER, P. & RONCIN, C. *Integração da criança deficiente na classe*. São
Paulo: Manole, 1989.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes,
1978. 2ª ed.

i) Componente: Educação de Jovens e Adultos - Proeja

Ementa: Criação e contextualização do Proeja. Base legal, objetivos, público
alvo (possibilidades de oferta e seleção) e redes de oferta. Diferenças entre
Proeja-FIC e Proeja Técnico, regulamentações e suas respectivas cargas
horárias (Proeja-FIC Fundamental (1200h), Proeja-FIC Médio (1200h), Ensino
Médio com Educação Profissional e Técnica (2400h)). O Proeja na Rede
Federal. O Proeja e a Assistência Estudantil.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e
Tecnológica. *PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação
Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e
Adultos*. Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio.
Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e
Tecnológica. *PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação
Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e
Adultos*. Formação Inicial e Continuada / Ensino Fundamental. Documento
Base. Brasília: MEC, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos
Jurídicos. *Decreto 5.840/2006*. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional
de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na
Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras
providências. Brasília: Presidência da República, 2006.

RODRIGUES, M. E. C.; GARCIA, L. T. O Proeja no ensino médio em Goiás: as
dificuldades do programa. *Revista Retratos da Escola*, v. 5, n. 8, p. 157-168,
2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

RODRIGUES, M. E. C.; VITORETTE, J. M. B. Projeção dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás: práticas pedagógicas e formação continuada de professores. *Educativa*, v. 17, n. 1, p. 253-282, 2014.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A política de educação profissional no governo Lula: um percurso histórico controverso. *Educ. Soc.*, v. 26, n. 92, p. 1087-1113, Especial, 2005.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto 2.208/1997*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Decreto 5.154/2004*. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2004.

MOURA, D. H. *O PROEJA e a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica*. Natal: mimeo, 2006. (Este texto foi publicado em setembro de 2006 no Boletim 13 do Programa Salto para o Futuro da TVescola referente a uma série sobre o PROEJA que foi ao ar de 18 a 22/09/2006).

j) Componente: Projeto de aplicação pedagógica: prática docente em EPT-articulações entre ensino, pesquisa e extensão.

Ementa: Elaboração do Projeto de aplicação pedagógica, sob a orientação de um orientador, que contemple os elementos didáticos pedagógicos trabalhados no Programa para ser aplicada em uma atividade de ensino no primeiro semestre do ano de 2017.

Bibliografia:

Não há bibliografia específica. No item 10 apresenta orientações quanto a elaboração do projeto de aplicação pedagógica. Além disso, quando necessário, será disponibilizado na página do Programa de Formação Pedagógica Continuada critérios e normas de elaboração, submissão e aplicação do referido projeto.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

9 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Durante o ano de 2016, o participante do Programa de Formação Pedagógica Continuada, poderá participar de eventos institucionais ou locais de formação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão de forma que alcance um total de 20 horas para atividades complementares. Essas 20 horas deverão ser comprovadas junto a coordenação geral do referido programa por meio de certificados. Compreende atividades complementares: 1. II ELPED; 2. III Pensando; 3. Agro centro-oeste; Semana Nacional de Ciência e Tecnologia entre outros.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

10 PROJETO DE APLICAÇÃO PEDAGÓGICA: PRÁTICA DOCENTE EM EPT- ARTICULAÇÕES ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Para conclusão do Programa de Formação Pedagógica Continuada, os participantes deverão elaborar um projeto de aplicação pedagógica, por Câmpus, que contemple os elementos didáticos pedagógicos trabalhados no Programa, podendo o tema ser de livre escolha de acordo com as orientações disponibilizadas no sistema próprio do Programa.

A elaboração deverá partir de um planejamento da prática de ensino, centrado nos problemas concretos enfrentados pelos alunos, com a participação articulada dos professores das várias disciplinas e técnicos administrativos participantes do Programa de cada Câmpus.

Obrigatoriamente o orientador deverá ser um servidor do instituto Federal Goiano que seja da área pedagógica do seu próprio Câmpus.

Esse projeto deverá ser proposto até 30 de novembro de 2016, executado e concluído até o final do primeiro semestre de 2017, conforme descrito no item 7.

Até o final de junho de 2017 os participantes deverão encaminhar o relato dos resultados obtidos do seu projeto de aplicação pedagógica, via sistema próprio do programa.

A Pró-Reitoria de Ensino, após a apreciação desses relatos, atribuirá o resultado final e encaminhará os mesmos para publicação na Revista “Ciclo Revista” do IF Goiano.

Caso algum relato seja apresentado fora das exigências do programa, o mesmo será devolvido para possíveis correções, as quais deverão ser realizadas no prazo máximo de 30 dias contados a partir da data da apreciação do relato de experiência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação dos participantes será realizada como parte integrante do processo educativo, acontecerá ao longo do curso de modo a permitir ação-reflexão-ação da aprendizagem e a apropriação do conhecimento, resgatando suas dimensões diagnóstica, processual e somativa.

Nos encontros de cada núcleo, poderá ser utilizado pelo ministrante do componente curricular ou pela coordenação do Programa, pelo menos um instrumento de avaliação disponibilizado no AVA como: participação em fórum, avaliação individual (questionário, resumo, resenha, paper entre outros).

A Aprovação do participante está condicionada a sua participação, critérios de avaliação e frequência mínima de 75% nas aulas presenciais por encontro/núcleo.

Para conclusão do Programa de Formação Pedagógica, o participante deverá elaborar um projeto de aplicação pedagógica de acordo com as orientações descritas no item 10.

12 CERTIFICAÇÃO

Para o participante que obtiver frequência igual ou superior a 75% em cada encontro/núcleo, aproveitamento satisfatório nas atividades avaliativas no AVA e ter submetido o relato de experiência, descrito no item 10, será emitido certificado de conclusão do Programa.